



# PROLEGÔMENOS DE FLORESTAN FERNANDES COMO TEÓRICO CRÍTICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Ricardo Ramos Shiota\*

**Resumo** Apesar das diferentes interpretações da obra de Florestan Fernandes, as quais representam imagens distintas e até contraditórias, este artigo defende a pertinência de concebê-lo como um teórico crítico da sociedade brasileira. O estudo compreende o projeto crítico em um sentido mais amplo do que aquele concebido pelos intelectuais frankfurtianos, como um compromisso com as condições histórico-sociais emancipatórias, por meio da elaboração de diagnósticos de época, para uma práxis emancipatória. Sob essa perspectiva, é possível identificar o autor como pertencente ao campo crítico, desde seus primeiros trabalhos, nos decênios de 1940 e 1950.

**Palavras-chave** Florestan Fernandes; interpretação do Brasil; teoria crítica.

FLORESTAN FERNANDES' PROLEGOMENA AS A CRITICAL THEORIST OF THE BRAZILIAN SOCIETY

**Abstract** *Despite the different interpretations of the Florestan Fernandes work, which represents distinct and even contradictory images, this article defends the pertinence of considering him as a critical theorist of the Brazilian society. It comprehends the critical project in a wider sense than the one conceived by the Frankfurt intellectuals, i. e., as a compromise with the socio-historical emancipatory conditions to be pursued through the elaboration of diagnosis of epoch for an emancipatory praxis. In this perspective, it is possible to identify the author as belonging to the critical field since his first works in the decades of 1940 and 1950.*

**Keywords** *Florestan Fernandes; Brazilian interpretation; critical theory.*

---

\* Mestre em Ciências Sociais pela UNESP/FFC e doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UNICAMP/IFCH.

## LEGADO DE UM CLÁSSICO CIENTISTA SOCIAL BRASILEIRO

O legado de Florestan Fernandes é uma vasta produção intelectual reunida em cerca de setenta livros – incluindo aqueles publicados em mais de uma edição, conforme o Serviço de Documentação da FFLCH/USP.

Também, além de uma vasta obra publicada, o autor teve o cuidado de manter um arquivo pessoal, adquirido pela UFSCar e inaugurado em 1996, um ano após sua morte. Trata-se da Sala de Coleções Especiais da Biblioteca Comunitária da Universidade.

Em 2009, o Arquivo foi reconhecido pelo Programa Memória do Mundo, da UNESCO, por seu valor como patrimônio documental da humanidade. O Fundo Florestan Fernandes possui cerca de trinta mil páginas de documentos pessoais e profissionais e um acervo de mais de nove mil livros. Constitui uma vasta fonte de informações catalogadas em cinco séries: Vida Pessoal, Vida Acadêmica, Vida Política, Produção Intelectual, Produção Intelectual de Terceiros e Homenagens Póstumas.

Os documentos são de diversas naturezas: fotos, entrevistas transcritas, correspondências, cadernos de pesquisa, trabalhos de alunos, fichas manuscritas, etc. Somente após a documentação ter vindo a público, passou a ser considerada nas publicações dos intérpretes do autor.

As dificuldades de abordar a totalidade dos escritos de Florestan Fernandes provêm de sua extensão, da multiplicidade de questões tratadas, sempre com muito rigor, e da densidade intelectual.

Ele sintetiza contribuições de cinco fontes: a Sociologia clássica e moderna; o pensamento marxista; o pensamento brasileiro e latino-americano; os desafios de seu tempo; e a reflexão sobre grupo e classes sociais que compreendem a maioria, subalterna, do povo brasileiro. A síntese dessa constelação de fontes criou um novo “estilo de pensamento”, mais sistemático.

Beneficiado pelo ensino e pela pesquisa nas Ciências Sociais institucionalizadas na universidade, ele ofereceu outros parâmetros de explicação da realidade político-econômica e sociocultural brasileira (IANNI, 2004). No panteão do pensamento político-social brasileiro, Florestan Fernandes está situado entre os “novos” pensadores, que se dedicaram a explicar o Brasil, cuja singularidade é o fato de terem sido amplamente favorecidos pelas conquistas das Ciências Sociais (IANNI, 2000).

A extensão da obra, a multiplicidade de questões tratadas e a amplitude das fontes com as quais Florestan Fernandes dialoga possibilitam as mais diferentes

interpretações de seus escritos e de suas publicações, “diversas e plurais, [...] indicativas de que seu pensamento continua a instigar a produção universitária” (SILVEIRA, 2005, p. 1).

O legado de Florestan Fernandes se mantém vivo como alvo contínuo de análises e interpretações em artigos, dissertações e teses, por pesquisadores contemporâneos, ex-alunos, amigos, admiradores, críticos e por uma geração de pesquisadores mais novos. Até 2007, havia trezentas e cinquenta e uma publicações sobre Florestan Fernandes, divididas em artigos, capítulos de livros, comunicações em anais, livros, monografias e teses, conforme as classificações dos tipos de publicação oferecidas pela Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (MARIOSIA, 2007). Trata-se de um legado que tem se revelado polêmico na disputa em torno de sua memória<sup>1</sup>.

Nos limites deste artigo, o qual faz parte de uma pesquisa em andamento, são aventadas algumas questões, relacionadas aos escritos de Florestan Fernandes, nas décadas de 1940 e 1950, as quais permitem situá-lo como um teórico crítico da sociedade brasileira, no sentido ampliado do termo (NOBRE, 2004a; 2004b).

## QUAL FLORESTAN?

O legado de Florestan Fernandes é controverso, tendo em vista que vem recebendo alcunhas de seus intérpretes que vão desde o “sociólogo eclético”, “durkheimiano”, “weberiano”, “positivista”, “empirista”, “funcionalista”, “mannheimiano”, “reformador”, “cientificista”, “racionalista indutivista” ao “sociólogo radical”, “marxista”, “militante”, “socialista” ou “revolucionário”, criador de uma “síntese teórica original”, com uma pincelada de dialética e de interesse pelo Socialismo.

Há, assim, diversas, distintas e contraditórias imagens desse autor, a depender da perspectiva de quem o lê e do momento analisado de sua obra ou de seus escritos, embora a maior parte das interpretações de sua obra consinta em sua posição como um dos autores clássicos das Ciências Sociais no Brasil.

Muitos interesses teóricos contemporâneos balizam as pesquisas acerca do significado dos textos e da obra de Florestan Fernandes.

A partir do momento em que uma obra é “classicizada”, sua interpretação se transforma na chave para a discussão científica. De fato, uma vez que os clássi-

---

1 Sobre o assunto, consultar Costa (2004) e Silveira (2005).

cos são fundamentais para a ciência social, a interpretação deve ser considerada uma forma superior de discussão teórica (ALEXANDER, 1999, p. 51).

É possível argumentar que há, grosso modo, pelo menos três formas de interpretação da obra de Florestan Fernandes, do ponto de vista metodológico, as quais dependem do “peso conferido à intenção do autor, ao contexto da obra, ao olhar do intérprete e à estrutura do texto enquanto tal” (DOMINGUES, 1995, p. 139). Esses operadores hermenêuticos e textuais, quando não são dosados, oferecem tentações e riscos ao intérprete: o de indagar a intenção do autor e tomá-la no lugar de sua obra; o de buscar o contexto (de produção ou de difusão; social ou linguístico) e colocá-lo no lugar da obra; o de derivar o sentido por meio de seus leitores, pondo em relevo o efeito da obra sobre eles, de modo a substituir a obra por seu público; o de incorrer no subjetivismo e incorporar, sem operadores textuais, o olhar do intérprete na interpretação; e, finalmente, o risco positivista, do intérprete desposuído de si mesmo, em seu viés formalista ou estrutural.

Atentando-se a análise a uma parcela pequena, porém significativa, de trabalhos sobre Florestan Fernandes, tem-se três pressupostos metodológicos que orientam o trabalho de interpretação. Tomando emprestada a categorização que Goldschmidt<sup>2</sup> faz da história da filosofia, podem ser distinguidos intérpretes que fazem uso: 1) do “método dogmático” (HECKSHER, 2004; OLIVA, 1997), isto é, avaliam as condições de verdade das teses do autor, exigindo-lhe razões, conforme as intenções dos intérpretes, que abandonam as exigências de interpretação ao voltarem-se para a crítica e a refutação do autor; 2) do “método genético” (ARRUDA, 2001; GARCIA, 2002; MARTINS, 2008; BARÃO, 2008), no sentido de interrogar as origens de suas teses, considerando-as condicionadas ou efeitos de um contexto social ou discursivo, de variáveis linguístico-institucionais, culturais, econômicas, políticas, biográficas, etc. e mesmo de filiações intelectuais; e, por fim, 3) do método de leitura interna da obra do autor (IANNI, 2004; PINTO, 1992; MAZZA, 1997; MARTINS, 2002; COSTA, 2010), sendo possível destacar o trabalho de Pinto (1992), que apreende o movimento interno do pensamento de Florestan Fernandes, mostrando como ele se desdobra e adquire consistência.

De modo evidente, essas interpretações são construídas articulando outros operadores textuais, ditos anteriormente, sendo essa classificação sumária. No entanto, é a partir desse trabalho de interpretação dos textos que sentidos

---

2 Cf. Goldschmidt (1963, p. 139-147): “Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos”. Uma crítica da abordagem desse autor é oferecida por Domingues (1995).

diferentes são atribuídos à obra escrita de Florestan Fernandes, sob risco de compreendê-lo por meio de esquemas simplistas ou leituras anacrônicas, que projetam, no momento de formação intelectual do autor, perspectivas assumidas na posteridade (ARRUDA, 2001). Assim, também a interpretação se vê mediante riscos de concebê-lo como um autor esgotado no passado ou alguém cuja trajetória pode facilmente ser dissociada do conteúdo teórico de suas produções e, igualmente, a imagem dicotomizada do cientista-acadêmico da ordem burguesa de um lado e o político, socialista, não mais acadêmico, de outro lado (BARÃO, 2008).

As polêmicas, além de seu aspecto político em torno da apropriação da obra-memória do autor-político, revelam uma complexidade imanente aos seus escritos, mantendo-os vivos e passíveis de inúmeras possibilidades de leitura.

No caso em tela, compreender Florestan Fernandes como um teórico crítico da sociedade brasileira implica reconhecer a orientação crítica articulada em três aspectos: teoria; diagnóstico de tempo; projeção de transformações possíveis e seus agentes. Ademais, requer empreender uma leitura imanente de seus escritos, articulada a outros operadores textuais.

Essa perspectiva amplia à noção de teoria crítica um campo intelectual em disputa, sem que, no entanto, haja consenso acerca do que ela seja, a não ser em relação à elaboração de diagnósticos de época, com vistas à práxis emancipatória (NOBRE, 2004a; 2004b).

Esse campo intelectual integra autores que, em seu tempo, enxergaram seu presente, investigando as condições histórico-sociais para uma práxis emancipatória, categoria relacionada aos diferentes “modelos críticos” ou contextos teóricos e práticos específicos.

Não prescinde a lição do século XIX, diagnosticada no nascedouro da teoria crítica, segundo a qual a emancipação política – como outras modalidades possíveis de emancipação parcial – representa grandes avanços, dependendo do contexto, mas mantém os “pilares da casa” (MARX, 2010).

## **TEÓRICO CRÍTICO DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Oliva (1997), em sua avaliação da proposta metodológica de Florestan Fernandes, questiona a pretensão de cientificidade com base na filosofia da ciência que estaria implícita nas contribuições teórico-metodológicas do autor. Segundo ele, a proposta de uma Sociologia empírica, observacional e indutiva, embora não exponha suas matrizes filosóficas, pode ser identificada à gnosiologia empirista clássica e criticada em seus fundamentos.

Oliva recorre a Horkheimer (1975) para sugerir que, como uma modalidade de teoria tradicional, o suposto empirismo de Florestan, “ao dar primazia ao empírico genérico, pode dar origem apenas a teorias que favoreçam uma reificada reprodução da ‘atual ordem fatural’ em detrimento das potencialidades históricas” (OLIVA, 1997, p. 142). Todavia, apenas uma visão das obras teóricas e metodológicas desvinculadas dos escritos nos quais esse referencial é aplicado permite esse tipo de afirmação.

Por mais problemática que seja a atitude de Florestan Fernandes diante da filosofia, declará-lo como um autor que se limita à ordem dos fatos é se esquivar do trabalho de compreensão de sua obra. Ao lastrear sua concepção de Sociologia, ele revê a herança clássica, dialogando com as recentes, naquele contexto de 1940, segundo as proposições das *teorias de médio alcance*<sup>3</sup> e dos *principia media*<sup>4</sup>–, em que acaba por elaborar uma distinção entre explanação histórica, ordenamento temporal e explanação sociológica, como a busca por leis<sup>5</sup> capazes de explicar as ocorrências empíricas.

Em 1953, quando aborda o método de interpretação funcionalista, Florestan Fernandes o apresenta como sendo:

[...] uma análise que tem por objeto descobrir e interpretar as conexões que se estabelecem quando unidades do sistema social concorrem, com sua atividade, para manter ou alterar adaptações, ajustamentos e controles sociais de que dependem a integração e a continuidade do sistema social (FERNANDES, 1967, p. 282).

Os verbos “manter ou alterar” os requisitos da “continuidade do sistema social” não são fortuitos. Uma das contribuições de Florestan Fernandes para o método funcionalista foi a de lhe descortinar a dimensão histórica dos fenômenos sociais – não como mero ordenamento temporal das ocorrências –, oferecendo a este

---

3 Engendradas pelas ciências físicas e naturais, as teorias de médio alcance poderiam ser utilizadas também por sociólogos, pois se voltam para o trabalho teórico que vai de baixo para cima, passo a passo, pelo plano empírico, para estabelecer uma teoria geral, em vez de deduzi-la abstratamente, lidando com aspectos bem delimitados dos fenômenos sociais e não provendo uma única e abrangente teoria, apesar de que seu amplo desenvolvimento pudesse conduzir a uma teoria geral. Cf. Merton (1968).

4 Trata-se da busca por “leis especiais”, conforme a época historicamente determinada de um contexto particular. Cf. Mannheim (1962).

5 Nas palavras do autor, “poucas são as explanações sociológicas que cabem na categoria de ‘lei’, tal como esta é entendida no campo das ciências exatas. As uniformidades e as regularidades que elas descrevem variam de um sistema social para outro, ou dependem da maneira pela qual o investigador abstrai e manipula, interpretativamente, certos aspectos dos fenômenos sociais” (FERNANDES [1957], 2004, p. 84).

“modelo de explicação” uma sensibilidade em relação aos problemas de mudança social. A perspectiva diacrônica ou histórica, oferecida por esse método na consideração dos fenômenos sociais em contextos empíricos determinados, oferece ao especialista a descrição interpretativa do fenômeno:

[...] em termos de significação dinâmica do processo social considerado na constituição do meio social interno; então, procurará conhecer a relação das atividades das “partes” constituintes da sociedade com a integração e a continuidade desta com o todo. O especialista pode ainda interessar-se pelo fenômeno descrito em sua condição de vir-a-ser; então, procurará explicá-lo retrospectiva e prospectivamente, através da seleção de fatores causais que, nas condições de formação e de transformação do “meio social interno”, determinam o curso e os efeitos de sua atuação (FERNANDES, 1967, p. 179).

Poder-se-ia, assim, desvendar as causas e os efeitos das transformações da vida social em momento determinado, bem como as alterações em emergência passíveis de serem retidas nas condições imediatas de sua atualização. Além disso, esse método possibilitaria ao investigador vincular a perspectiva sincrônica com a diacrônica de duas maneiras:

Através da consideração dos processos de mudança social em termos de condições em que eles se tornam funcionalmente necessários. E por meio da análise da potencialidade funcional dos fenômenos sociais (em contextos empíricos determinados), a qual oferece um ponto de referência à explicação dos limites da mudança social e dos processos de reintegração da ordem social (FERNANDES, 1967, p. 290).

Desse modo, é possível ver a apropriação do funcionalismo por Florestan Fernandes nos anos 1940 e 1950 como um modelo de explicação que incide sobre os problemas sociológicos explicativos empíricos e práticos, e não se trata de uma atitude ingênua. Além do mais, diante dessas citações, é possível argumentar que “já estamos em face de uma concepção da realidade social informada pela dialética, o que [...] exercerá influência nas reflexões posteriores do autor” (IANNI, 1971, p. 128).

De acordo com os propósitos analíticos, interessa destacar somente dois aspectos da apropriação que o autor faz do método funcionalista: 1) a vinculação recíproca dos estudos diacrônicos aos estudos sincrônicos, resgatando esses elementos em uma relação horizontal, mas que confere atenção especial à pers-

pectiva diacrônica dos fenômenos sociais, nos termos da mudança social; 2) a necessidade de aplicação dos conhecimentos, uma referência à articulação entre teoria e prática.

A proposta de “historicizar” o método funcionalista oferecia um meio para o cientista social identificar o aparecimento de influxos inovadores e as condições em que eles operam, considerando-os em lapsos curtos de tempo e, no nível do sistema organizatório, o conhecimento dos limites ou obstáculos para estabelecimentos de meios de transformação ou de “mudança social progressiva”.

Além disso, como poderá ser visto a seguir, tampouco nos decênios de 1940 e 1950, nos escritos de aplicação de seu método, visto por Oliva (1997) como “empírico, observacional e indutivo”, Florestan Fernandes se restringe à reprodução factual da ordem.

Antes de entrar nessa questão, cabem algumas considerações acerca da formulação clássica de Max Horkheimer (1975), para a qual não se trata de contrapor, de modo excludente, “teoria tradicional” e “teoria crítica”, como sugere Oliva (1997), mas de pensar a teoria crítica como uma nova forma de prática social, que se distingue da ciência tradicional, porque propõe a realização da emancipação humana.

Horkheimer (1975) tece um diálogo crítico com a tradição de conhecimento inaugurada por Descartes, valendo-se da crítica da economia política de Marx. Aponta as dificuldades de transpor o modelo de teoria sustentado nas ciências naturais para as Ciências Sociais, em tentativas que acabariam por justificar o existente. Revela ainda a ciência moderna como parte do aparato de dominação e afirma ser necessário decifrá-la e confrontá-la com suas pretensões e sua importância para elaborar um “conhecimento de si da realidade”.

Nesse sentido, teoria tradicional e teoria crítica foram aproximadas<sup>6</sup> em uma dialética do movimento heurístico de interpretação do real, que tencionou subsumir os resultados particulares das investigações empíricas das ciências especializadas, sem se desviar de seus fins emancipatórios.

A teoria crítica tem como “função diferencial” “orientação para a emancipação” e “comportamento crítico” e também possui um comprometimento com a felicidade geral, ao passo que a “teoria tradicional” sucumbe aos interesses metodológicos, como se a ciência constituísse um fim em si mesma, em seu esforço de encontrar a verdade.

---

6 Marcuse interpelou Horkheimer em relação à aproximação entre teoria tradicional e teoria crítica. Cf. Marcuse (1998, p. 137-159).

A elaboração teórica é atividade política interessada e faculta uma prática, a qual pode remeter ao plano do “entendimento”, da descrição, da legitimação e da conciliação do existente ou, no plano da “razão negativa”, transfigurar o real por meio de uma teoria capaz de decifrar essência e aparência (HORKHEIMER, 1975).

A teoria tradicional, segundo ele, é um modo de construção de teorias fundado no modelo das ciências naturais, cuja origem remete aos primórdios da Filosofia moderna, com a pretensão cartesiana de estender a dedução matemática à totalidade dos conhecimentos. A explicação teórica tradicional, de um lado, postula um saber previamente formulado e, de outro lado, fatos concretos a serem subsumidos por esse saber na ordem conceitual hierárquica, por meio de classificações descritivas ou de cálculos pertencentes ao arcabouço lógico da história.

Esse modo de produzir teorias não remete ao plano do sujeito e sua ação, porque constitui um sistema formal, classificatório e autorreferente de racionalidade, à parte do real. Ele mantém uma relação de exterioridade entre ciência e gênese social dos problemas, no emprego da ciência, sem questionar os fins perseguidos de aplicação. É questionada “a teoria esboçada de cima para baixo por outros, elaborada sem o contato direto com os problemas de uma ciência [humana] particular” (HORKHEIMER, 1975a, p. 119). É uma teoria que não reconhece as tendências e metas históricas com as quais a teoria crítica se entrelaça, porquanto se distrai com a veneração dos fatos, com a negação de juízos de valor, com a separação rígida entre conhecimento e decisão prática. Há incapacidade, dessa forma, de construir teoria, de forma a elaborar um “conhecimento de si”: há a impossibilidade de referir-se ao contexto em que atua.

Apesar de ter um conjunto de pressupostos que orientam seu fazer teórico, a teoria tradicional é uma produção social que não se reconhece enquanto produto histórico. A formalização de poucos princípios significativos, em relação às conclusões, e de suposta validade universal é a expressão perfeita dessa teoria: um discurso pretensamente universal, mas incapaz de questionar suas implicações e seus pressupostos e sua atividade como resultante do processo social. Ela não desenvolve elementos que ofereçam uma compreensão de sua própria realidade de construção (HORKHEIMER, 1975).

A ciência tradicional quer reduzir a leis o porquê das coisas e como elas acontecem, mas não é autônoma nem independente, não está abstraída das demais atividades sociais, pois as relações entre hipóteses e fatos se realizam e se

confirmam na indústria. A teoria assume, inevitavelmente, implicações políticas<sup>7</sup>. Embora não produza valor, a ciência especializada desenvolve as forças produtivas, torna a ordem social possível e contribui para a existência da sociedade em sua forma dada. Mas, apesar disso, a teoria crítica envolve a gnose no sentido tradicional, pois, “[...] no que se refere à transformação essencial, inexistente a percepção concreta correspondente enquanto essas transformações não ocorram de fato [...]” (HORKHEIMER, 1975a, p. 139).

Os pressupostos existentes nas teorias sociais remetem à existência de valores no ponto de partida do conhecimento social. Trata-se da relação com valores e suas implicações teóricas e políticas.

A teoria crítica é um momento inseparável da vontade de emancipação e estabelece conexão entre conceito e momento histórico atual, conhecimento e fins de autodeterminação humana, conforme o conceito materialista de sociedade livre e autodeterminante. Ela transforma os conceitos justificadores em seu oposto, desnuda contradições, e a totalidade é seu motivo propulsor. O teórico crítico possui integridade e perspectiva histórica e julga conforme aquilo que está no tempo. Os conceitos da teoria crítica adjazem movimentos sociais, vez que “seus representantes estiveram, em todas as ocasiões de revés, relativamente isolados”, mas nem por isso abandonam a “tenacidade da fantasia” (HORKHEIMER, 1975b, p. 168).

Honneth (1999) questiona o sistema de referência funcionalista de “integração fechada da sociedade” adotado por Horkheimer (1975), originário de suas premissas histórico-filosóficas<sup>8</sup>, as quais reduziriam a luta pela emancipação humana a assumir funções na reprodução da expansão do trabalho social, como se uma economia planejada redirecionasse a socialização dos indivíduos e estes se ajustassem de modo automático e uniforme à nova sociedade.

Parece haver uma impossibilidade de restringir o sentido da teoria crítica às formulações inaugurais. O debate ocorrido entre Horkheimer (1975) e Marcuse (1998), acerca da teoria crítica e da emancipação, com toda a importância existente

---

7 Em um texto anterior, *Sobre o problema da verdade*, Horkheimer relaciona a teoria a determinados interesses e a posições sociais: “Os grandes sistemas da filosofia européia eram sempre destinados a uma elite educada e não funcionam diante das necessidades psíquicas daquela parcela de cidadãos e camponeses em vias de empobrecimento e aviltamento social, os quais, por outro lado, estão ligados, necessariamente, pela educação, pelo trabalho e pela esperança, a esta forma de sociedade e não conseguem acreditar na sua transitoriedade” (HORKHEIMER, 1990, p. 144).

8 “A ação conjunta dos homens na sociedade é o modo de existência da sua razão, assim utilizam suas forças e confirmam sua essência [...]. Sendo a sociedade dividida em classes e grupos, compreende-se que as construções teóricas mantêm relações diferentes com esta práxis geral, conforme a sua filiação a um desses grupos ou classes” (HORKHEIMER, 1975, p. 136).

pelo sentido instaurador revestido naquele momento, em 1937, não tem aquela mesma rigidez, não tem:

[...] valor normativo, prescritivo, nem possui um significado que possa correlacionar-se com asserções políticas permanentes no fluxo de utilizações a que deu lugar essa orientação filosófico-social. [...] [Pois,] longe de decantar um formato canônico, sobre o qual pudessem medir de variantes e apostasias, a vitalidade da teoria crítica apenas pode se estabelecer e, em particular, apenas identificável nessa época, como tradição e incitação apta para adaptar-se a diferentes continuidades e campos de exercício (SAZBÓN, 2004, p. 174).

Desse modo,

Hoje a teoria crítica já não é mais apenas um projeto intelectual histórico, cuja origem foi o esforço dos filósofos de Frankfurt [...], mas um amplo horizonte de leituras da sociedade, nas quais o tema da dominação e uma atitude problematizadora, por oposição a uma atitude descritiva, se configuram (MAGALHÃES, 2007, p. 232).

A historicidade do real e do pensamento que se debruça sobre ele impõe restrições para pensar a formulação conceitual originária da teoria crítica, tal como proposta por Max Horkheimer (1975). Os sentidos do “comportamento crítico” e da “orientação para a emancipação” assumem novos significados em outros tempos e espaços, porquanto, em teoria crítica, os diagnósticos de tempo (incluindo o contexto desse diagnóstico) sempre orientam novas formulações.

“A idéia de modelo crítico pretende ressaltar que não há teses determinadas, com conteúdos fixos, a que alguém tenha de aderir se quiser fazer parte do campo crítico” (NOBRE, 2008, p. 19). Para Horkheimer, a validade ou o caráter significativo de um pensamento está relacionado com sua função social progressiva ou regressiva (RUSCONI, 1969, p. 203).

A apropriação de Nobre da teoria crítica a partir da ideia de “modelo crítico” é bastante fecunda. Trata-se de uma referência analítica que permite a apreensão do vínculo imanente da teoria com seu tempo histórico, por meio do resgate dos diagnósticos e prognósticos elaborados em função da “perspectiva da distância que separa o que existe das possibilidades melhores nele embutidas e não realizadas, vale dizer, à luz da carência do que é frente ao que melhor pode ser” (NOBRE, 2004b, p. 56). Logo, é possível uma leitura que compreenda Florestan Fernandes como

pertencente ao campo mais amplo da teoria crítica, em seus próprios termos, em sua própria contribuição ao campo.

A compreensão das ideias deve considerar os problemas históricos a que elas tentam oferecer respostas e deve também apreender os modos específicos em que são formuladas e discutidas. As ideias respondem aos dilemas postos pelo desenvolvimento social e não pairam acima do processo social, pois são momentos constituídos e constituintes das relações existentes entre grupos no âmbito global da sociedade.

Em países de “capitalismo retardatário”, a atuação dos intelectuais oferece uma “importante dimensão política por força da relação urgente que se estabelece entre formação da cultura e formação da nação” (BRANDÃO, 2007, p. 22). As ideias estão enraizadas nas condições materiais e repercutem como “momentos da constituição de atores específicos, tentativas de diagnosticar e resolver problemas reais, de dirigir política e culturalmente a ação de forças sociais determinadas” (BRANDÃO, 2005, p. 243).

Em países como o Brasil, onde há um atraso em relação ao processo democrático e suas constelações, os intelectuais assumem protagonismo político e evocam papéis políticos enquanto atores políticos.

Outra sugestão interessante é que as ideias também devem ser vistas como força social em relação a diferentes fatores, materiais e imateriais, na medida em que:

A sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto e, mais do que isso, as interpretações proporcionam significado à vida social, pesadas inclusive suas veleidades, possibilidades e limites efetivos. Por isso faz-se necessário voltar, principalmente no caso brasileiro, às (não por acaso assim chamadas) “interpretações do Brasil”, uma vez que elas também operam na orientação das condutas dos atores sociais, na organização da vida social, nos processos de mudança e nas relações de poder que isso sempre implica (BASTOS E BOTELHO, 2010, p. 914).

O sentido político da Sociologia de Florestan Fernandes, para Bastos (1998), está em seu gesto de ruptura com o pensamento político-social brasileiro, principalmente com aquele dos anos 1930, cujas ideias serviram para legitimar o “bloco agrário industrial de poder”. Para a autora, ele promoveu um questionamento decisivo dos arranjos de dominação tradicionalistas, ao mostrar que, em meio à heterogeneidade das explicações culturalistas, havia uma profunda desigualdade

proscrita na sociedade brasileira. Como a tese da não integração do negro na sociedade de classes, a qual “opera como denúncia dos limites de aplicabilidade dos direitos no Brasil” (BASTOS, 1998, p. 150-151), bem mostrou, as ideias, além de forças sociais, possuem um enraizamento na realidade histórica em que se fundamentam.

Mesmo no sentido forte de Horkheimer (1975), não se está diante de um teórico tradicional da sociedade brasileira, mas de um teórico crítico, com todas as limitações que sua obra possa conter.

### **DECÊNIOS DE 1940 E 1950: DIAGNÓSTICOS DE UMA DEMOCRATIZAÇÃO RESTRITA**

Desde cedo, Florestan Fernandes elaborou uma concepção de ciência como teoria e prática. Em sua obra<sup>9</sup>, nesses decênios, a pretensão de cientificidade questiona o ideal de uma prática científica alheia às questões históricas de seu tempo, bem como o engajamento pueril, que não confere a devida atenção para o modo como o conhecimento é organizado, produzido e processado pela sociedade. Essa orientação lhe facultou perceber que o desenvolvimento da “ordem social competitiva” não realizava automaticamente a democracia, orientando, assim, seus esforços intelectuais no sentido de uma realização democrática nos marcos da emancipação política, embora, com horizontes maiores, políticos e pessoais e socialistas.

Há, em sua obra, um questionamento da objetividade científica proposta pelo positivismo funcionalista e sua restrição ao “*ethos científico*”<sup>10</sup>, ao mundo da ciência e à ciência pela ciência, que não reconhece seu caráter político e se isenta das questões de seu tempo.

Ele tinha clareza de que as teorias suscitam perspectivas políticas, uma vez que esboçam aspectos da realidade e oferecem possibilidades de utilizações distintas do conhecimento. Não defendeu uma visão da Sociologia unicamente preocupada com explicação, métodos e técnicas de pesquisa, mas tencionou dispô-la e organizá-la institucionalmente para pensar e solucionar os problemas do Brasil, em vista de

---

9 Foram analisados os textos de Fernandes (1947; 1950; 1951; 1952; 1958; 1960a, 1960b, 1962a; 1962b; 1962c; 1967; 1971).

10 “O *ethos* da ciência é esse complexo de valores e normas afetivamente tonalizado que se considera como constituindo uma obrigação moral para o cientista” (MERTON, 1968, p. 652). Os valores do cientista deveriam ser: *universalismo*, remetendo ao plano impessoal da ciência, sua objetividade que exclui todo o particularismo; *comunismo*, referindo-se à comunicação dos resultados obtidos pelos cientistas; *desinteresse*, assegurando a integridade do cientista, de modo a controlar suas motivações; por fim, *ceticismo organizado*, que, embora possa ameaçar as instituições vigentes, é a etapa primordial da elaboração científica, em que se discute aquilo que parece ser óbvio.

uma “ordem social competitiva” democrática. Nos três lustros que antecederam o Golpe de 1964, diferentes perspectivas vislumbravam a democratização da democracia como tendência histórica.

Florestan Fernandes resguarda seu rigor e sua trincheira teórico-conceitual em sintonia com o debate intelectual de seu tempo, nas décadas de 1940-1950, que primava pelas transformações da sociedade brasileira em diferentes registros teóricos e políticos, embora, nesse momento, tratasse, para Florestan, de aliar ambição teórica à investigação dos problemas brasileiros, de modo a contribuir para o avanço da teoria e para o conhecimento sociológico do Brasil, por meio da elaboração de diagnósticos que facultassem a intervenção social.

Nesse ponto, Guerreiro Ramos (1957; 1965) foi um replicador construtivo, em nome da sensibilidade em relação às especificidades e aos problemas brasileiros, em seu debate com o sociólogo paulista.

Retornando à crítica de Oliva (1997), restringiam-se os escritos dos anos 1940 e 1950 – de aplicação do método de Florestan Fernandes – à ingênua reprodução da ordem factual; à reprodução cega do *status quo*, desconsiderando a perspectiva das potencialidades?

Em um artigo publicado em 1º de março de 1945, na *Folha da Manhã*, denominado “As tarefas da inteligência”, o jovem sociólogo se posiciona diante do tema, em franco diálogo com o livro *Interpretações*, de Astrojildo Pereira (1944), e as propostas surgidas na ocasião do Primeiro Congresso dos Escritores Brasileiros<sup>11</sup>, a saber: democratizar a cultura, elevar o nível intelectual do “povo” e lutar contra o analfabetismo; questões históricas não resolvidas, que ainda hoje ressoam.

Fernandes se posiciona contrário aos argumentos de participação específica dos intelectuais no processo de democratização da cultura.

Quem pensa os fatos não pode fazer uma separação assim brutal nas atividades da “inteligência”, uma limitação tão violenta nas tarefas dos intelectuais e acreditar na eficiência de uma ruptura desse gênero exatamente no momento em que é necessário colocar as forças do pensamento e de ação no campo aberto da luta contra as forças da reação, do aproveitamento e da opressão. [...] A causa da cultura e a causa do povo sob certos aspectos são uma só. Não é possível dissociar uma da outra. Ou, mais precisamente, a causa do povo implica a causa da cultura. [...] Os intelectuais não podem deixar de discutir concretamente as condições de vida do povo brasileiro, se quiserem conseguir qualquer coisa prática. [...] É

---

11 Informações sobre o Congresso podem ser consultadas em Mota (1994).

necessário atuar sobre as causas quando se pretende eliminar ou agir sobre os efeitos. [...] Isso tudo quer dizer, como também reconhece o sr. Astrojildo Pereira, que a questão tem três lados: a democratização da cultura, que é o coroamento, o fim e o resultado; a “democratização política” e a “democracia econômica”. O escritor nunca chegará à “democracia cultural” diretamente saltando seus princípios políticos e suas bases econômicas (FERNANDES, 1945, p. 2).

Crítica a liberdade intelectual típica do ideal ilustrado da cultura, separada do mundo e da atividade dos agentes econômicos, a qual distingue o espaço privado da sociedade burguesa, a ser esclarecido, do espaço público, dos negócios do Estado. É nítida e significativa a recusa de Florestan Fernandes à concepção de autonomia intelectual, ao pensamento dissociado de suas origens e raízes sociais, além de ser evidente também em sua crítica das ideias com base na tese da “ligação do pensamento com o ser”, na esteira de sua apropriação de Marx (2010) e Mannheim (1968).

Assim, há um comprometimento do autor, desde cedo, com a produção de um conhecimento capaz de se realizar nas relações sociais de uma perspectiva de “mudança social progressiva”, em vista do que melhor poderiam ser as relações sociais, voltando-se para os controles democráticos e requisitos da emancipação política.

De um viés sociológico, nem por isso estreito e especializado, Florestan Fernandes inicia a tessitura de sua teoria crítica da sociedade brasileira, valendo-se de seu “ponto de vista sociológico”, capaz de subsumir diferentes teorias e modelos de explicação, considerando diferentes possibilidades de explicação. Para ele, “a interpretação científica não é um mero arrolamento de dados de fato. Porém, uma análise dos dados vistos através de problemas precisamente definidos” (FERNANDES, 1967, p. 50).

Em sua sistematização heurística dos autores clássicos, afirmava, em 1954: “conforme os problemas que se colocam, sociologicamente, variam os fenômenos que precisam ser investigados e as técnicas de sua manipulação” (FERNANDES, 1967, p. 146). Mas nem por isso restringiu suas preocupações ao âmbito dos processos formais de elaboração do conhecimento, porquanto visava transformar em forças sociais as descobertas científicas. Ele denunciava o “padrão liberal de produção científica” e primava por uma “obrigação moral” dos cientistas diante do desenvolvimento democrático da sociedade (FERNANDES, 1971).

Assim, desenvolveram-se, nos anos 1940 e 1950, três facetas de sua obra, preocupações que se tornariam indissociáveis: 1) elaboração de uma teoria da investigação sociológica, nos termos da irredutibilidade dos modelos de explicação

sociológica, do contraste das explicações dos autores clássicos com o modelo explicativo das ciências naturais e da complementaridade daqueles quando considerados em conjunto; 2) aplicação do “ponto de vista sociológico” ao real, garantindo que o conhecimento não se restrinja a uma redoma, lançando luz sobre os problemas históricos e sociais; 3) reflexão sobre as possibilidades e condições de intervenção racional e controle democrático da sociedade ou de que maneira transformar o conhecimento em força social, por seu aproveitamento prático, transformador, conforme o alcance das contribuições.

Havia um diagnóstico de época que ancorava essa perspectiva tripartite do conhecimento sociológico, o qual está bem exposto em uma conferência realizada no Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, em 1954, a convite de Guerreiro Ramos (1954), intitulada “Existe uma crise de democracia no Brasil?”.

Florestan Fernandes elabora uma reflexão acerca dos diagnósticos que apontavam para a existência de uma crise da democracia no Brasil e questiona sua validade. Contrariando a “isenção” do cientista, ele se permitiu emitir “opiniões estritamente pessoais” ou “juízos de valor”, porém acompanhados, de antemão, por seus raciocínios e suas análises rigorosas. Isso torna o texto interessante e explicita as preocupações políticas democráticas do autor, nesse momento de sua obra. Eis a tônica de suas preocupações em relação à sociedade brasileira, nas décadas de 1940 e 1950.

Outros diagnósticos foram elaborados nessa direção, envolvendo temas como o folclore: um processo histórico informal de educação, senso comum, reprodutor do passado e dos lugares ocupados pelo índio e pelo negro na sociedade brasileira; processo social que contradizia a visão desencantada, secular e racional, não por questões de natureza, mas, em virtude da situação social dos indivíduos e da sociedade, nascia dos escombros da velha ordem escravocrata-senhorial, fundada na dominação patrimonialista e patriarcal.

O processo de desagregação dessa ordem social delineou os limites do desenvolvimento da democracia no país. A efetivação de uma sociedade democrática tinha na Sociologia a possibilidade de construção da autoconsciência dos cidadãos; na ciência e na tecnologia, a possibilidade de superar o subdesenvolvimento; e na educação, a mediação para formar personalidades democráticas.

A análise de Fernandes (1954) se orienta pelo fato de o desenvolvimento da democracia ocorrer em um país economicamente subdesenvolvido. A democracia no Brasil é apreendida nos diagnósticos como estando em elaboração sociocultural, em vias de estruturação e maturação política. Ela não estava em crise, mas em processo de desenvolvimento; cabia, pois, fortalecê-la, encontrar meios de

promovê-la, de onde advêm suas preocupações com o planejamento e a transformação do conhecimento científico em força social na sociedade brasileira.

Afirma-se que os obstáculos antepostos à expansão do regime democrático eram consequentes às condições desfavoráveis de sua formação na sociedade brasileira. Sua caracterização do exercício do poder político na sociedade escravocrata-senhorial concebia o Estado como resultante do regime estamental, da dominação patrimonialista e patriarcal da sociedade, cuja concentração do poder político em um número restrito de indivíduos e parentelas manteve o alheamento das camadas populares, “desinteressadas” ou impossibilitadas de atuarem na vida política (FERNANDES, 1954).

A organização jurídica do Estado contrastava com sua organização do ponto de vista prático. A desagregação da velha ordem pelo regime de trabalho livre preservou a hierarquia social e a mentalidade política, mantendo situações econômicas e sociais que perpetuavam os velhos hábitos e práticas. Os “móveis egoístas das elites dirigentes” ignoraram as tarefas de “como preparar a Nação para o regime democrático e a de organizar o Estado de acordo com esse regime” (FERNANDES, 1954, p. 458). Esse quadro histórico impunha severas limitações ao avanço da democracia. Não obstante a lentidão em consolidá-la, esse seria um processo de “vir a ser” manifesto no diagnóstico das tendências do desenvolvimento histórico-social.

A adoção jurídica da isonomia política dos cidadãos brasileiros havia desconsiderado as condições sociais que traduziam o passado no presente. O Estado se manteve alheio às demandas da nação e da organização política, e as condições reais da nação não se harmonizavam com tal adoção do Regime Republicano.

Por meio de seus estudos sobre o negro, Florestan Fernandes (1953a; 1953b) aprofundou seu conhecimento histórico da sociedade brasileira e consagrou um tipo de análise macrossociológica singular e voltada para a história, almejando nela intervir. Seu diagnóstico apreende as funções sociais cumpridas pelas formas de preconceito vigentes na sociedade brasileira e a interferência do preconceito no ajustamento das relações sociais, contribuindo para a manutenção da estrutura social.

A desagregação da escravidão e seus efeitos criaram situações histórico-sociais heterogêneas, sem nenhuma organicidade. A desproporção entre o ritmo do processo político (transformação do escravo em cidadão), a mentalidade dos agentes (obstáculos culturais, preconceito de cor, representação/cristalização dos papéis sociais) e o processo econômico (morosidade ao transformar o escravo em trabalhador livre) prejudicaram o ajustamento do negro à sociedade de classes.

A mesma rapidez que transformou o *status* político do escravo em cidadão não se processou no plano econômico de formação da sociedade de classes e integração desse agente social, reabsorvido no sistema de trabalho pelas ocupações “mais humildes” e “mal remuneradas”.

Do ponto de vista dos agentes, uma denúncia é de que eles herdaram do regime escravista, unicamente, o *status* social e cultural depreciativo e aviltado que legitimava as relações e o hiato mantido entre senhores e escravos, *status* que se convertia em obstáculos para a inserção profissional e política do negro na sociedade de classes, pois contribuía para conservar os estereótipos e o “preconceito de cor”.

Mediante esse quadro, ele concebe que apenas uma “mudança provocada” podia equacionar a articulação problemática do passado com o presente. Seus prognósticos miram a educação para a democracia.

A educação principia nas práticas dos partidos e dos governos. Os primeiros deveriam estender seus papéis para a educação política da população, inculcando princípios democráticos e atitudes cívicas: “galvanizar as massas populares e dirigir para fins políticos os seus anseios de reforma” (FERNANDES, 1954, p. 462), ao passo que aos governos competia a tarefa de promover melhores condições sociais e econômicas para a nação.

Os partidos precisavam ser integrados “estrutural e dinamicamente” à ordem legal democrática do país e alcançar meios de disciplinar a vida política brasileira, necessitando de uma relativa autonomia para preencher seus papéis políticos. A educação para a democracia demandava necessariamente uma intervenção do Estado no sistema educacional brasileiro, objetivando integração política. Os governos não cumpriram o papel de preparar as massas populares, egressas da antiga ordem, para que elas se envolvessem na “ordem social legalmente igualitária” (FERNANDES, 1954, p. 465). A pretensão das classes conservadoras no sistema educacional de formar “elites dirigentes”, representando um interesse técnico-administrativo e profissional, só faria sentido se, para além de seus interesses egoístas, estendessem as oportunidades educacionais para todos, ampliando a seleção entre muitos, e não a restringindo a poucos.

Na escola, inexistia, conforme Florestan Fernandes (1954), o interesse por formar personalidades democráticas para uma ordem social também democrática. Ele se posicionou em defesa da escola pública e contra a utilização de recursos públicos no ensino privado, enfim, pela democratização com qualidade da educação popular. A intervenção estatal deveria ter propósitos políticos e atuar concomitantemente sobre todos os níveis do ensino. A educação, nessa perspectiva, poderia

contribuir para a superação da mentalidade privatista e tradicionalista, vista como um dos obstáculos para o desenvolvimento da democracia no país.

Pode ser que a preocupação central de Florestan Fernandes com a educação no período<sup>12</sup> derive de suas inquietações em torno do folclore, pois a atenção conferida a esse saber tradicional, transmitido informalmente e visto como “continuidade sociocultural”, tinha sua contrapartida na “educação sistemática”, como fator de “homogeneização”, no sentido democrático da consciência dos cidadãos e como meio de despertar o interesse por soluções racionais aos problemas práticos enfrentados pela sociedade brasileira. Embora não seja a racionalidade dos diagnósticos que conduza as forças sociais e o jogo político, ela é crucial para uma prática emancipatória mediada pela teoria.

Temas como folclore, educação, situação histórica dos povos indígenas e afrodescendentes, não coincidência entre democracia e desenvolvimento no Brasil revelam a compreensão do autor de seu tempo, enraizada nos interesses dos setores subalternos da sociedade, em vista das transformações que considerava possíveis em seus diagnósticos nesse período. Apreendeu os obstáculos presentes à emancipação política, para a realização democrática da “ordem competitiva”, mas não parou aí. Já nos anos 1960, entreviu a emancipação humana como finalidade máxima de sua teorização.

## **HORIZONTE DA EMANCIPAÇÃO HUMANA**

Leclerc (2004) caracteriza os intelectuais do “terceiro mundo” como frutos do colonialismo, do imperialismo, da modernização e ocidentalização. Seriam eles “traidores” em relação à tradição local, “cavalos de troia” do Ocidente? O autor conclui que esses intelectuais desempenham papéis de mediadores entre diferentes mundos culturais:

Com efeito eles devem enfrentar problemas locais específicos, que os intelectuais europeus (os seus antepassados do Renascimento e das Luzes) não precisaram abordar de maneira tão brutal, nem tão dramática. Na Europa, as questões apareceram progressivamente e foram resolvidas por uma longa série de gerações intelectuais. No terceiro mundo, a urgência dos problemas e das soluções impõe-se e pesa sobre o ombro de duas ou três gerações que, de um século para cá, tiveram de cuidar das passagens da tradição à modernidade, da autarquia cultural

---

12 Sobre a temática da educação no período, em Florestan Fernandes, consultar Mazza (1997).

à ocidentalização e mundialização. Essas questões giram em torno das relações entre o secularismo e o fundamentalismo [...] entre os supostos valores universais da modernidade democrática, de origem ocidental (LECLERC, 2004, p. 122-123).

A esses problemas o modelo crítico da dependência cultural de Florestan Fernandes tentou oferecer respostas com vistas à transformação da sociedade brasileira, mas, como já mostrou Cardoso (1996), ele avançou e percebeu que a “condição heteronômica de várias nações constituiu uma expressão de natureza histórica e, portanto, modificável, de sua posição no intercâmbio econômico, político e cultural com as nações dominantes na estrutura internacional do poder” (FERNANDES, 1974, p. 187). A dependência cultural deixa de ter origens na ausência de produção intelectual autônoma, derivada das relações patrimonialistas de dominação, e passa a ser pensada como uma “alienação intelectual e moral de imensas proporções”; como forma de dependência cultural que fortalecia o domínio econômico pela internalização de valores e disposições subjetivas dos países imperialistas, gerando “um estado de dependência fundamental”, uma “dupla articulação” (FERNANDES, 1975).

Não por acaso o legado de Florestan Fernandes é polêmico. Escreveu em meio às vicissitudes de sua trajetória de vida pessoal, intelectual e política como catedrático, articulista e parlamentar. Agruras da vida e de toda a ordem, desde cedo, imprimiram diversas facetas à sua obra, escrita em mais de meio século (1941-1995). Uma “obra, como sua biografia, cheia de oscilações, que apenas a linha reta da hagiografia ideológica faz desaparecer” (VOUGA, 1998). Não obstante uma obra que esteve intimamente vinculada à sua época, desde os anos 1940 e 1950, diagnosticando-a, sem dogmatismos, reformulando suas crenças e concepções à luz da realidade histórica, fazendo autocrítica e transformando-se em sentido oposto às tendências históricas consolidadas na sociedade brasileira, as quais levaram a uma “agonia da tradição crítica brasileira e latino americana” (COGGIOLA, 2005).

Essas múltiplas facetas não esvaziam o teórico crítico, pois estiveram imbuídas de um “saber militante” das causas da universidade, da educação, da democratização das relações sociais e raciais, da emancipação política, do socialismo e da emancipação humana. Trata-se de um saber questionador, principalmente do Brasil, das condições históricas legadas pelos processos de independência política colonial, de abolição da escravidão e das características autocráticas da revolução burguesa brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDER, Jeffrey C. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, Anthony; TURNER, Jonathan (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 23-90.
- ARRUDA, Maria Armanda. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio do século XX*. Bauru: EDUSC, 2001.
- BARÃO, Glicilene de Oliveira Damasceno. *As contribuições educacionais de Florestan Fernandes: debate com a Pedagogia Nova e a centralidade da Revolução*. 405 p. 2008. Tese (Doutorado em Filosofia e História da Educação) – UNICAMP, Faculdade de Educação, Campinas, 2008.
- BASTOS, Élide Rugai. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: ANTUNES, Ricardo C.; SACCHETTA, Vladimir (Org.). *Florestan Fernandes ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998. p. 144-156.
- BASTOS, Élide Rugai; BOTELHO, André. Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, v. 53, n. 4, p. 889-919, 2010.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. Linhagens do pensamento político brasileiro. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 48, n. 2, p. 231-269, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Linhagens do pensamento político brasileiro*. São Paulo: Editora Hucitec, 2007.
- CARDOSO, Miriam Limoeiro. Florestan Fernandes: a criação de uma problemática. *Estudos Avançados*, v. 10, n. 26, p. 89-128, 1996.
- COGGIOLA, Oswaldo. A agonia da tradição crítica brasileira e latinoamericana. *Crítica Marxista*, São Paulo, n. 20, p. 90-110, 2005.
- COSTA, Diogo V. de A. *Florestan Fernandes em questão: um estudo sobre as interpretações de sua Sociologia*. 139 p. 2004. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – CFCH/ Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.
- \_\_\_\_\_. *As raízes ideológicas da Sociologia de Florestan Fernandes: crítica da dependência cultural nas Ciências Sociais brasileiras (1950-1970)*. 2010. Tese (Doutorado) – CFCH/Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010
- DOMINGUES, Ivan. A abordagem estrutural do texto filosófico. In: MARIA, Hugo; DOMINGUES, Ivan; PINTO, Julio (Org.). *Estruturalismo: memória e repercussões*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995. p.137-152.
- FERNANDES, Florestan. As tarefas da inteligência. *Folha da Manhã*, São Paulo, 1º. mar. 1945.
- \_\_\_\_\_. O problema do método na investigação sociológica. *Sociologia*, v. IX, n. 4, p. 337, 1947.
- \_\_\_\_\_. Aplicação dos conhecimentos sociológicos às relações internacionais. *Sociologia*, v. XII, n. 3, p. 228-246, 1950.

- \_\_\_\_\_. O significado das ciências sociais no mundo moderno. *Filosofia, Ciências e Letras*, São Paulo, FFCL/USP, v. 13, 1951.
- \_\_\_\_\_. Problemas da aplicação do conhecimento antropológico. *Anhembi*, São Paulo, v. 25, n. 10, p. 47-53, 1952.
- \_\_\_\_\_. Do escravo ao cidadão. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. *Anhembi*, São Paulo, v. 10, n. 30, p. 433-490, 1953a.
- \_\_\_\_\_. Cor e estrutura social em mudança. Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo. *Anhembi*, São Paulo, v. 11, n. 31, p. 14-69, 1953b.
- \_\_\_\_\_. Existe uma crise de democracia no Brasil? *Anhembi*, São Paulo, v. 16, n. 48, p. 450-471, 1954.
- \_\_\_\_\_. A Sociologia aplicada como disciplina autônoma. *Sociologia*, v. XX, n. 1, p. 46-51, mar. 1958.
- \_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1960a
- \_\_\_\_\_. O cientista brasileiro e o desenvolvimento da ciência. *Revista Brasiliense*, n. 31, p. 85-121, 1960b.
- \_\_\_\_\_. Funcionalismo e análise científica na sociologia moderna. *Sociologia*, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 195-202, 1962a.
- \_\_\_\_\_. O problema da opção na sociologia. *Anhembi*, São Paulo, v. 47, n. 141, p. 434-452, 1962b.
- \_\_\_\_\_. A Sociologia como afirmação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Minas Gerais, v. 2, n. 1, p. 3-39, 1962c.
- \_\_\_\_\_. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. 2. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Ensaio de Sociologia geral e aplicada*. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1971.
- \_\_\_\_\_. *Mudanças sociais no Brasil. Aspectos do desenvolvimento da sociedade brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.
- \_\_\_\_\_. *A revolução burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- \_\_\_\_\_. A Sociologia: objeto e principais problemas. In: IANNI, Octavio (Org.). *Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 77-122.
- GARCIA, Sylvia G. *Destino ímpar: sobre a formação de Florestan Fernandes*. São Paulo: Ed. 34, 2002.

- GOLDSCHMIDT, Victor. Tempo lógico e tempo histórico na interpretação dos sistemas filosóficos. In: GOLDSCHMIDT, Victor. *A religião de Platão*. São Paulo: Difel, 1963. p. 139-147.
- HECKSHER, Mario Henrique. *Guerreiro Ramos – sociólogo da Sociologia nacional (Um diálogo com Florestan Fernandes)*. 352 p. 2004. Tese (Doutorado em Serviço Social) – UFRJ, Escola de Serviço Social, Rio de Janeiro, 2004.
- HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, Antony; TURNER (Org.). *Teoria social hoje*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. p. 175-228.
- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. Tradução Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: HORKHEIMER, Max. *Pensadores*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975a. p. 117-154.
- \_\_\_\_\_. Filosofia e teoria crítica. Tradução Edgar Afonso Malagodi e Ronaldo Pereira Cunha. In: HORKHEIMER, Max. *Pensadores*. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1975b. p. 155-161.
- \_\_\_\_\_. *Teoria crítica I*. São Paulo: Perspectiva; EDUSP, 1990.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da Sociologia latino americana*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1971.
- \_\_\_\_\_. Florestan Fernandes e a formação da sociologia brasileira. In: IANNI, Octávio. *Florestan Fernandes: Sociologia crítica e militante*. São Paulo: Expressão Popular, 2004. p. 15-76.
- LECLERC, Gérard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2004.
- MAGALHÃES, Raul Francisco. Ulisses e seu barco: esboço para uma crítica microssociológica à teoria crítica. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Org.). *A teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007. p. 231-256.
- MANNHEIM, Karl. *O homem e a sociedade: estudos sobre a estrutura social moderna*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1962.
- MARCUSE, Herbert. Filosofia e teoria crítica. In: MARCUSE, Herbert. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998. p. 137-159.
- MARIOS, Duarcides Ferreira. *Florestan Fernandes e a Sociologia como crítica dos processos sociais*. 362 p. 2007. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2007.
- MARTINS, Tatiana Gomes; *Raízes da Sociologia brasileira: Florestan Fernandes e a questão do intelectual*. 142 p. 2002. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Florestan Fernandes e Guerreiro Ramos: para além de um debate*. 223 p. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 2008.
- MARX, Karl. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.

- MAZZA, Débora. *A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)*. 232 p. 1997. Tese (Doutorado em Sociologia) – IFCH/UNICAMP, Campinas, 1997.
- MERTON, Robert K. *Sociologia. Teoria e estrutura*. Tradução Miguel Mailet. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1968.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo: Editora Ática, 1994.
- NOBRE, Marcos. *A teoria crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004a.
- \_\_\_\_\_. Crítica e emancipação: em busca dos princípios fundamentais da teoria crítica. *Espacios em Blanco*, Série Indagaciones, Buenos Aires, Argentina, v. 1, n. 14, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Introdução. Modelos de teoria crítica; Max Horkheimer. A teoria crítica entre o nazismo e o capitalismo tardio. In: NOBRE, Marcos (Org.) *Curso livre de teoria crítica*. Campinas: Papyrus, 2008. p. 9-20.
- OLIVA, Alberto. *Ciência e ideologia. Florestan Fernandes e a formação das Ciências Sociais no Brasil*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- PEREIRA, Astrojildo. *Interpretações*. Rio de Janeiro, RJ: CEB, 1944.
- PINTO, Ernesto Renan M. de Freitas. *A Sociologia de Florestan Fernandes*. 1992. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1992.
- RAMOS, Alberto Guerreiro. *[Carta] 22 de abril de 1954, Rio de Janeiro, [para] Florestan Fernandes*. São Paulo, 1 f. Confirmação de presença no “Seminário de Estudo Histórico-Sociológico do Brasil”, 1954.
- \_\_\_\_\_. *Introdução crítica à Sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editorial Andes Ltda., 1957.
- \_\_\_\_\_. *A redução Sociológica. Introdução ao estudo da razão sociológica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1965.
- RUSCONI, Gian Enrico. *Teoria crítica de la sociedad*. Tradução Alberto Méndez. Barcelona: Ediciones Martinez Roca S/A, 1969.
- SAZBÓN, José. O legado teórico da Escola de Frankfurt. In: VITA, Alvaro de; BORON, Atilio A. (Org.). *Teoria e filosofia política*. São Paulo: EDUSP; Buenos Aires: Clacso, 2004. p. 173-203.
- SILVEIRA, Heloisa Fernandes. Florestan Fernandes, universidade e MST. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 47, abril de 2005. Disponível em: <[http://www.espacoacademico.com.br/047/47ms\\_silveira.htm](http://www.espacoacademico.com.br/047/47ms_silveira.htm)>. Acesso em: 05/04/2006.
- VOUGA, Cláudio. Tribunal dos fatos. *Folha de S. Paulo*, Jornal de Resenhas, São Paulo, p. 2, 12/09/1998.